O TRIBUNAL DO JÚRI COMO MODELO DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA: POR UMA FORMULAÇÃO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO

Thiago Hanney Medeiros de Souza
Mestrando em Ciências Criminais pela PUCRS

Wilson Franck Junior
Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a participação popular existente em duas formas de julgamento: o Tribunal do Júri e o escabinado. Será feita uma análise comparativa com alguns países (Espanha, Portugal e França) para poder compreender e discutir o aprimoramento do funcionamento de alguns pontos que ensejam problemas na realidade nacional, como a seleção dos jurados e as vantagens recebidas pelos mesmos. Tomamos como base as raízes que influenciaram a existência de tal modelo de administração da justiça, bem como características próprias para avaliar, então, dois alicerces: a falta de fundamentação das decisões e a composição dos sujeitos para realizar o julgamento.

PALAVRAS-CHAVES: Júri; escabinado; jurados; fundamentação.

ABSTRACT

This Article aims to analyze the popular participation existing in two way judgment: The Jury System and the Escabinado. There will be a comparative analysis with some countries (Spain, Portugal and France) in order to understand and discuss the enhancement of functioning of some points that lead to problems on the national reality, as the jury selection and the benefits received by them. For this Article we have as base the foundations which influenced the existence of such model of administration of justice, as well as the own characteristics to assess two pillars: the lack of reasons for decisions and the composition of individuals to conduct the trial.

KEYWORDS: The Jury System, escabinado, jury, reasons.

1) INTRODUÇÃO

Neste trabalho é realizada uma análise, desde a ótica de diferentes ordenamentos jurídicos, do Tribunal do Júri enquanto instituição e forma de julgamento, com o intuito de compreender pontos relevantes que podem servir de exemplos para o processo penal brasileiro. Para vias de consecução desse estudo, elegemos os seguintes países para análise: Brasil, Portugal, Espanha e França. A escolha destes países ocorre com base em dois critérios, a saber: a forma de composição do julgamento e a fundamentação da decisão. Identificamos dois modelos de julgamento presentes no mundo (o modelo puro e o escabinado). Realizamos, ainda, uma sucinta descrição dos contextos para poder avaliar o impacto da adoção de outro modelo de Tribunal do Júri no ordenamento jurídico brasileiro.

Elaboramos, também, de maneira sucinta, um quadro comparativo dos cinco pontos determinantes sobre o Tribunal do Júri nos países eleitos, com o intuito de destacar suas diferenças e peculiaridades, especialmente nos seguintes quesitos: composição da forma de julgamento, competência para determinados crimes, seleção e vantagens dos jurados, e as questões pertinentes à votação e à fundamentação da decisão. Esse quadro justifica-se por proporcionar ao pesquisador brasileiro um primeiro contato com a experiência do Tribunal do Júri diverso da experiência brasileira, além de servirem base para uma análise da possibilidade aprimoramento dessa experiência.

Por fim, em nossa conclusão, nos posicionamos a respeito da (i)legitimidade do Tribunal do Júri no contexto brasileiro, propondo algumas mudanças que consideramos adequadas à constituição.

2) FORMAS DE JULGAMENTO

Entre tantas formas de julgamentos previstas nos atuais ordenamentos jurídicos, podemos demarcar o território do Júri sob duas perspectivas: 1) Aspecto quantitativo: a predominância de um julgamento colegiado ou plural; 2) Aspecto técnico: submissão do caso perante profissionais e/ou cidadãos leigos.

Em relação à importância de um julgamento colegiado, Carnelutti defendia que é mais fácil que a reprodução da oposição entre o sim e o não ocorra quando quem decide não seja um homem só, mas um grupo de homens, os quais, interpretando o mundo dos fatos cada um sob seu ponto de vista, sendo quase inevitável que julguem de modo diverso entre si, de maneira que a formação dialética da decisão, que pressupõe a tese e a antítese, fica facilitada. Daí a célebre metáfora do autor, segundo a qual o juízo colegiado era comparado à visão binocular: no fundo, se a natureza nos dotou de dois olhos em lugar de um só, é porque não basta uma só imagem a fim de que o que devemos ver seja completamente visto.¹

No que tange ao aspecto técnico, os julgamentos dos casos podem ser submetidos a juízes técnicos, leigos ou a uma composição mista. Atualmente temos a apreciação de crimes sob a ótica de magistrados (“devidamente” preparados e selecionados para o ofício) como regra geral, entretanto, o nosso sistema ainda convive com o método da participação popular, tendo o Júri seu maior representante.

O modelo puro e tradicional caracteriza-se por ser composto por cidadãos leigos, de modo que a série de acontecimentos posta em plenário será julgada por cidadãos comuns que

¹ CARNELUTTI, Francesco. *Lições sobre o Processo Penal*. Campinas: Bookseller, 2004. P. 239.

desconhecem a técnica jurídica e que representam - ou melhor, deveriam representar - todas as classes sociais e gêneros da nação. Tais julgadores são os grandes protagonistas do Júri; eles têm a responsabilidade de responder “sim” ou “não” a cada um dos quesitos, sem interferência do magistrado. Este terá apenas o papel de Presidente, assumindo a condução da audiência e mensurando a pena a ser aplicada em caso de condenação.

O recrutamento de pessoas para atuarem como jurados ocorre por meio de duas operações: primeiro determinando-se quais são os cidadãos aptos a desempenhar a função; em seguida, estabelecendo-se uma maneira de escolha daqueles que, dentre os cidadãos, serão designados para formar o júri de julgamento.² Cremos que o mecanismo da seleção dos jurados consiste em um dos pontos que merecem atenção na atualidade não apenas para que possamos compreender o perfil dito “popular” dos sujeitos que compõem o Conselho de Sentença, mas também a forma como ocorre o alistamento dos mesmos, uma vez, pois compreender os jurados é, em parte, compreender o próprio mecanismo do julgamento do Júri

Outra forma possível de composição de sujeitos para julgar determinados crimes é conhecida como escabinado, que consiste na aliança de magistrados “preparados” para tal ofício com pessoas leigas “selecionadas” temporariamente para decidir em conjunto sobre os fatos e a pena a ser aplicada.

Reunindo os juízes e jurados numa só jurisdição, consolida-se o princípio da participação de simples cidadãos na jurisdição penal, dando-se, assim, conhecimento aos distintos juízes dos elementos quase inseparáveis do processo penal: o fato e o direito.³ Esse modelo consegue unir a presença de profissionais (magistrados) e cidadãos leigos na área jurídica para que juntos possam definir o resultado após toda instrução e debates.

Há ainda a possibilidade de existência de um modelo com mais especificidade: o escabinado técnico que consiste em um julgamento em que se convocam profissionais que possam contribuir com visões especializadas sobre determinados assuntos, como exemplo um engenheiro mais apto a compreender a possível existência de um crime cometido com apontamentos de falhas na construção predial ou um psicólogo que possa julgar um crime que envolva uma relação afetiva.⁴

² GARRAUD, René. *Compêndio de Direito Criminal*. Volume II. Campinas: LZN Editora, 2003. P. 363.

³ GARRAUD, René. *Compêndio de Direito Criminal*. Volume II. Campinas: LZN Editora, 2003. P. 354.

⁴ Cf. RAMÍREZ, Sergio García. *Derecho Procesal Penal*. Hidalgo, San Jerónimo Lídice, México, 1974. P. 116-117.

Vale ressaltar a diferença básica entre o Júri e o escabinado: enquanto no primeiro só os cidadãos leigos decidem sobre a matéria de fato (existência e autoria do crime), no último a decisão será tomada em conjunto pelos jurados e Magistrados.

3) ESTUDO COMPARATIVO DOS PAÍSES

Compreendida a história e também as formas de julgamento do Tribunal do Júri, faremos, a seguir, um quadro comparativo para destacar as características e peculiaridades em que ele se assume no Brasil, Portugal, Espanha e França. Nesse quadro analisaremos a composição, competência para julgamento de determinados crimes, seleção e vantagens dos jurados, bem como a votação e a fundamentação da decisão. Pretendemos, portanto, avaliar, analisando a experiência estrangeira, os aspectos positivos e negativos de cada ordenamento, objetivando o aprimoramento da experiência do Júri em nosso país.

3.1 COMPOSIÇÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI

BRASIL: O nosso país segue o modelo anglo-saxão (puro) de tribunal do Júri, entretanto, possui suas peculiaridades. Ele é composto, segundo a regra do art. 447 do CPP, por 1 (um) juiz togado (seu presidente) e por 25 (vinte e cinco) jurados que serão sorteados dentre os alistados, 7 (sete) dos quais constituirão o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.

ESPAÑA: Na Espanha também foi adotado o modelo puro (anglo-saxão), sendo o Júri composto por 9 (nove) jurados e 1 (um) Magistrado presidente.⁵ Os jurados emitem o veredito sobre a comprovação dos fatos e proclama sobre (não)culpabilidade do acusado, enquanto o Magistrado-presidente é encarregado de sentenciar recorrendo ao veredito dos jurados, impondo a pena e a medida de segurança devida.⁶

⁵ Art. 2 – 1 da Ley Orgánica 5/1995, de 22 de mayo, del Tribunal del Jurado.

⁶ *La ley [...] ha optado por el modelo puro, propio de los países anglosajones. A los jurados les corresponde emitir el veredicto declarando probado o no probado el hecho justiciable y proclamando la culpabilidad o inculpabilidad de cada acusado por su participación en el hecho o hechos delictivos; mientras que el Magistrado-presidente será el encargado, entre otras funciones que iremos viendo, de dictar sentencia en la que recogerá el veredicto del Jurado e impondrá, en su caso, la pena y medida de seguridad que corresponda. [...] Tenemos que manifestar nuestra sorpresa ante el hecho de que el legislador se haya inclinado por el Jurado puro o anglosajón a pesar de que prácticamente todos los países de nuestro entorno han mostrado sus preferencias por el modelo escabinado – Francia, Alemania, Italia, Portugal, y a pesar que la doctrina científica española se había pronunciado, de forma mayoritaria, en favor del citado modelo (Cf. TOMÉ GARCÍA, José Antonio. El Tribunal del jurado en la Ley Organica. In ARAGONES MARTINEZ, Sara et al. Derecho Procesal Penal. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces. 1995. p. 845)*

FRANÇA: Na França há adoção do modelo escabinado, sendo composto por 3 (três) juízes profissionais (1 (um) presidente e 2 (dois) assessores que constituem a Corte em si mesma) e 9 (nove) jurados (o júri). A Corte e o júri deliberam conjuntamente sobre a culpa do acusado e sobre a pena.⁷

PORTUGAL: Adota-se o escabinado ou assessorado, assim como a França, sendo composto por 3 (três) juízes de carreira e 4 (quatro) cidadãos que possuem as mesmas atribuições, sendo bastante diferente do júri brasileiro. A função do escabinado português é intervir na decisão das questões de culpabilidade e determinação da pena, ou seja, a formação do escabinado com juízes togados permite que seja discutido o *quantum* da pena a ser aplicada, pois questões estritamente legais são conhecidas e compreendidas, já que integram o júri juízes togados.⁸

3.2 CRIMES JULGADOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI

BRASIL: Segundo a regra do art. 74 CPP, em seu parágrafo 1º, compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados, mais especificadamente, aqueles previstos nos artigos 121, §§ 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, respectivamente, os crimes de homicídio, induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, infanticídio e aborto.

ESPANHA: O artigo 1º da *Ley Orgánica 5/1995*, de 22 de maio estabelece os seguintes crimes: “Delitos contra as pessoas, delitos cometidos por funcionários públicos no exercício de seus cargos, delitos contra a honra, delitos contra a liberdade, a segurança e os delitos de incêndio.”

FRANÇA: A organização das Cortes criminais ordinárias é baseada na classificação tripartida das infrações penais: contravenções, delitos e crimes. O escabinado tem jurisdição para julgar *crimes* cometidos por pessoas físicas imputáveis em razão da idade, e por pessoas jurídicas que àquele órgão forem encaminhadas para julgamento.⁹

⁷ DERVIEUX, Valérie. O sistema francês. In: DELMAS-MARTY, Mireille. (Org.). *Processos Penais da Europa*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005. P. 166.

⁸ RANGEL, Paulo. *Tribunal do Júri: visão linguística, histórica, social e jurídica*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. P. 53.

⁹ DERVIEUX, Valérie. O sistema francês. In: DELMAS-MARTY, Mireille. (Org.). *Processos Penais da Europa*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005. P. 165-166. Cf. O tribunal de polícia (que toma parte do tribunal de instância local) julga as *contravenções* cometidas pelas pessoas físicas adultas (ou por menores, se a infração enquadrar-se na primeira das quatro categorias) ou pessoas jurídicas. É composto de um juiz profissional monocrático: *Juiz de Instância*. O Tribunal Correcional julga delitos (e infrações conexas) cometidos por pessoas adultas naturais ou por pessoas adultas. Teoricamente é composto de três juízes

PORTUGAL: Crimes cuja pena máxima possa ser superior a 8 (oito) anos de prisão, crimes contra a paz, a humanidade e contra a segurança do Estado.¹⁰ Vale ressaltar que o Júri em Portugal é facultativo, ou seja, o réu somente irá a júri se as partes requererem, razão pela qual raramente há a instalação de sessão do júri.¹¹

3.3 SELEÇÃO DOS JURADOS

BRASIL: Exige-se, para o correto cumprimento da função atribuída aos jurados, que os mesmos sejam pessoas maiores de dezoito anos e de notória idoneidade¹². Na lista geral de jurados só deverá ser incluído o cidadão que tiver idoneidade moral e intelectual. Tanto mais vale dizer que o corpo de jurados se deve compor dos cidadãos mais notáveis do Município por seus conhecimentos, experiência, retidão de conduta, independência e elevação de caráter.¹³

Na prática, a seleção no Brasil acontece da seguinte forma: os cartórios das Varas dos Júris enviam ofícios para repartições públicas, associações e autoridades locais requisitando indicação de pessoas que reúnam as condições para exercer a função de jurado.

ESPANHA: São requisitos para ser jurado na Espanha: ser espanhol maior de idade; ter o pleno exercício dos direitos políticos; saber ler e escrever; ser vizinho, ao tempo da designação, de qualquer dos municípios da província em que o delito for cometido; não estar impedido física, psíquica ou sensorialmente para o desempenho da função de jurado.¹⁴

No Júri espanhol, as partes podem entrevistar os candidatos a jurados a fim de extrair deles o perfil social, político, econômico, estilo de vida, religião, eventuais preconceitos de raça e cor e tudo mais o que possa refletir no julgamento do fato.¹⁵ Trata-se de uma medida que tem o escopo de assegurar, o máximo possível, que do Júri não participem jurados que

profissionais oriundos do tribunal de grande instância (um presidente e dois assessores) mas pode ser composto por um juiz singular para o julgamento de certos delitos (art. 398 – 1 do Código de Processo Penal).

¹⁰ Art. 13 do Código de Processo Penal de Portugal.

¹¹ RANGEL, Paulo. *Tribunal do Júri: visão linguística, histórica, social e jurídica*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 53.

¹² Art. 436: “O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. [\(Redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008\)](#). § 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. [\(Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008\)](#)”.

¹³ ROSA, Inocência Borges da. *Comentários ao Código de Processo Penal*. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1982. P. 531.

¹⁴ Artículo 8 da da Ley Orgánica 5/1995, de 22 de mayo, del Tribunal Del Jurado.

¹⁵ VELASCO, Pilar de Paul. *El tribunal del jurado desde la psicología social*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1995. P. 55.

tenham algum comprometimento com os fatos, seja por preconceito, racismo ou qualquer outro sentimento que não o de justiça.¹⁶

As perguntas das partes levam em consideração determinados dados psicológicos, por isso muitas vezes são assistidas por psicólogos, durante a tramitação do processo, e a razão é simples: em um júri em que a principal testemunha contra o acusado é, por exemplo, uma mulher, a defesa seleciona mulheres para compor o júri, baseando-se no dado psicossocial de que elas tendem a desconfiar das pessoas do seu sexo. No mesmo sentido, as partes consultam cientistas sociais (sociólogos e antropólogos) para utilização de dados em relação a fatores demográficos, econômicos e culturais que possam envolver a causa, e, conseqüentemente, escolher os jurados que compreendam aquelas questões.¹⁷

FRANÇA: segundo o *Code de Procédure Pénale*, em seu art. 255¹⁸, exige-se, para o cumprimento da função de Jurado, ser cidadão com idade superior a 23 anos, que saiba ler e escrever em francês, e que desfrute de direitos políticos, civis e de família.

A participação leiga (júri em sentido estrito) do escabinado é formada em cada sessão a partir de uma lista de trinta e cinco jurados selecionados aleatoriamente a partir de uma lista anual de cidadãos cadastrados para fins eleitorais, dentre os que contem com mais de vinte e três anos.¹⁹

PORTUGAL: Podem ser jurados os cidadãos portugueses inscritos no recenseamento eleitoral que satisfaçam as seguintes condições: idade inferior a 65 anos; escolaridade obrigatória; ausência de doença ou anomalia psíquica que torne impossível o bom desempenho do cargo; pleno gozo dos direitos civis e políticos; não estarem presos ou detidos, nem em estado de contumácia, nem haverem sofrido, nos termos do n. 2 do artigo 69 do Código Penal, condenação definitiva em pena de prisão efetiva.²⁰

Esses cidadãos serão selecionados seguindo quatro fases, segundo o Decreto-Lei nº 387-A/87, de 29 de dezembro, que podem ser descritas da seguinte forma: na *primeira fase* é feito o sorteio de pré-seleção dos jurados²¹. Quando há requerimento para a atuação do júri, é

¹⁶ RANGEL, Paulo. *Tribunal do Júri: visão linguística, histórica, social e jurídica*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 52.

¹⁷ VELASCO, Pilar de Paul. *El tribunal del jurado desde la psicología social*. Madrid: Siglo XXI, 1995, p. 58.

¹⁸ “Art. 255 do *Code de Procédure Pénale*: *Peuvent seuls remplir les fonctions de juré, les citoyens de l'un ou de l'autre sexe, âgés de plus de vingt-trois ans, sachant lire et écrire en français, jouissant des droits politiques, civils et de famille, et ne se trouvant dans aucun cas d'incapacité ou d'incompatibilité énumérés par les deux articles suivants.*”

¹⁹ DERVIEUX, Valérie. O sistema francês. In: DELMAS-MARTY, Mireille. (Org.). *Processos Penais da Europa*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005. P.166.

²⁰ Art. 3º, 1, I do DECRETO-LEI 387-A/87, de 29 de dezembro de 1987 de Portugal.

²¹ Artigo 9º do Decreto-Lei nº 387-A/87, de 29 de dezembro de 1987.

realizado um sorteio em audiência pública de cem cidadãos que poderão fazer parte do Júri a partir dos cadernos de recenseamento eleitorais.

Na *segunda fase* há um Inquérito para determinação dos requisitos de capacidade²². Nesta etapa, com o objetivo de saber se os candidatos a jurado preenchem os requisitos de capacidade para o desempenho da função, o juiz manda notificar os cem cidadãos selecionados para, no prazo de cinco dias, responderem a inquérito. Finalizado o prazo, o presidente elimina aqueles dos respondentes que não reúnam os requisitos de capacidade anteriormente mencionados.

Já na *terceira fase* há o efetivo sorteio de seleção de jurados²³. Posteriormente, em audiência pública, o presidente procede a um sorteio destinado a apurar os jurados, tomando como base o número de respostas não rejeitadas, das quais são tiradas dezoito. De igual forma, é elaborada uma ata deste sorteio, consignando-se também as presenças e a lista de cidadãos obtida.

Enfim, na *quarta fase* há uma audiência de apuramento e despacho de designação²⁴. Posteriormente, os jurados são notificados para comparecerem em uma nova audiência pública, na qual o presidente inquire individualmente os selecionados quanto à existência de impedimentos e causas de escusa que pretendam invocar, que terão de ser devidamente provados.²⁵

3.4 VANTAGENS CONCEDIDAS AOS JURADOS

BRASIL: De acordo com os artigos 439 e 440 do CPP, o exercício efetivo da função de jurado constitui serviço público relevante e estabelece presunção de idoneidade moral, bem como constitui direito do jurado de preferência nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, e também nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. Assim, se por um lado não há remuneração, por outro lado, além dos benefícios concedidos, não pode ser feito qualquer desconto nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. Vale ressaltar que o CPP assegura prisão

²² Artigo 10º do Decreto-Lei n. 387-A/87, de 29 de dezembro de 1987.

²³ Art. 11 do Decreto-Lei nº 387-A/87, de 29 de dezembro de 1987.

²⁴ Art. 12 e 13 do Decreto-Lei nº 387-A/87, de 29 de dezembro de 1987.

²⁵ JÓLLUSKIN, G. *O tribunal do júri no ordenamento jurídico português: uma abordagem na perspectiva da psicologia*. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. 2009. P. 122-123.

especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo, para os que tiverem cumprido tal ofício.

ESPANHA: Há remuneração. O desempenho da função de jurado será retribuído e indenizado na forma e quantia que a lei estabelecer.²⁶ Tomando como base essa questão, algumas considerações são necessárias. Vejamo-las, nas palavras de TOMÉ GARCÍA:

Aunque la Ley no concreta nada más, habrá que entender que dicha retribución deberá incluir los gastos de locomoción y las dietas correspondientes por día de actuación. Respecto de estas últimas las propuestas doctrinales van desde los que proponen una retribución calculada en base al doble del salario mínimo interprofesional por día de servicio; a aquellos otros que sugieren que la retribución sea proporcional al ingreso que el jurado deje de percibir por razón del ejercicio de su profesión u oficio, aumentado en un 50% como prima que estimule para formar parte como miembro del jurado; o en fin, otros que entienden que la retribución del jurado no debe estar muy alejada de lo que cobra un Magistrado de lo penal, o un Magistrado del TS por día de trabajo, descontados los complementos y trienios a que no tiene derecho el juez ocasional.²⁷

FRANÇA: Primeiramente, há uma espécie de pagamento para compensar a perda do salário normal do jurado a cada sessão, mediante comprovação. Posteriormente a Justiça arca com os subsídios de deslocamento até a sessão de julgamento, quando o jurado justificar tal necessidade.²⁸

PORTUGAL: A função de jurado em Portugal é remunerada. Os jurados têm direito a receber como compensação pelas funções exercidas um subsídio diário igual a 1 UC²⁹ (equivalente a 102 euros no ano de 2012) e não poderão ser prejudicados na sua profissão ou emprego pelas faltas inerentes ao desempenho do cargo. Após a leitura da sentença em 1ª instância a compensação é atribuída por cada dia de efetivo exercício da função.³⁰

²⁶ Art. 7 da Ley Orgánica 5/1995, de 22 de mayo, del Tribunal del Jurado.

²⁷ TOMÉ GARCÍA, José Antonio. El Tribunal del jurado en la Ley Organica. In ARAGONES MARTINEZ, Sara *et al.* *Derecho Procesal Penal*. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces. 1995. P. 861-862. Tradução: “Embora a lei não especifique mais nada, temos que perceber que essa remuneração deverá incluir gastos de locomoção e ajudas de custo correspondentes por dia de atuação. A respeito, as últimas propostas doutrinárias propõem um retribuição calculada com base no dobro do salário mínimo por dia de serviço; há outros que sugerem que a retribuição seja proporcional ao valor que o jurado deixa de receber em razão do exercício de sua profissão ou ofício, ganhando 50% a mais para estimular outros à participação como membro do Júri; por fim, há outros que entendem que a retribuição do jurado não deve estar muito longe do que ganha um Magistrado por dia de trabalho, descontados os complementos e trienios a que não tem direito o juiz ocasional.”

²⁸ MAGGIO, Virginie. *Le Jury de Cour d'assises*. Année universitaire 2005-2006. FACULTE DE DROIT ET DE SCIENCE POLITIQUE D'AIX MARSEILLE. P. 105- 106. In: < ddata.over-blog.com/xxxxxy/0/55/93/89/rapports/jury-Maggio08.pdf > Acesso em: 07/03/2012.

²⁹ Unidade de conta (UC) é a quantia monetária equivalente a um quarto da remuneração mínima mensal mais elevada, garantida no momento da condenação, aos trabalhadores por conta de outrem, arredondada, quando necessário, para a unidade de euros mais próxima, ou se a proximidade for igual, para a unidade de euros imediatamente inferior. In: < www.verbojuridico.com/doutrina/2012/alexandresilva_uc2012.pdf > Acesso em 07/03/13.

³⁰ Art. 15 do DECRETO-LEI 387-A/87, de 29 de dezembro de 1987 de Portugal.

3.5 VOTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

BRASIL: não há necessidade de fundamentação. A CF assegura o sigilo das votações³¹, utilizando o discurso de evitar qualquer tipo de influência no julgamento dos jurados e, também, eventual represálias a eles. Os jurados respondem a um questionário, cujos quesitos são redigidos em proposições afirmativas, simples e distintas, em que se questiona sobre a materialidade do fato, a autoria ou participação; e também se o acusado deve ser absolvido, se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa e se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena reconhecidas na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível a acusação.³² A decisão do Tribunal, seja ela condenatória ou absolutória, é tomada pela maioria de votos dos jurados.

ESPANHA: há necessidade de fundamentação da decisão. “*Al jurado español se le pide que en acta de votación declare los hechos que han considerado probados, cuáles no y que redacte de forme sucinta las razones que les han llevado a declarar determinados hechos como probados o no probados.*”³³ A votação é nominal e em voz alta, por ordem alfabética, votando por último o jurado escolhido como porta-voz (o primeiro a ser sorteado). O réu somente será considerado culpado se houver sete votos nesse sentido, dentre os nove.³⁴

FRANÇA: Para o julgamento das ofensas classificadas como *crimes* o princípio é válido para a *instrução* realizada perante os jurados e presidente da Corte (artigo 353 do Código de Processo Penal):

A lei não exige que os juízes motivem os meios pelos quais eles se convenceram, não prescrevendo regras que devem se fazer presentes particularmente quanto à plenitude e suficiência de uma prova; ela determina que os jurados devem interrogar a eles mesmos, em silêncio e recolhimento, e buscar, na sinceridade da sua consciência, qual impressão atuou sobre sua razão, as provas levadas contra o acusado e os meios de sua defesa. A lei não faz senão uma pergunta, que resume toda a medida de seu dever: tendes uma íntima convicção?³⁵

Vale lembrar que o Tribunal Correccional e o Tribunal de Polícia, outras instituições julgadoras presentes no país, são obrigados a fundamentar a decisão. Mas, quando o fazem o juiz francês passando pela lista de fatos que ele julga terem sido provados, não tem o dever de explicar como extraiu a prova para cada um dos fatos encontrados. De acordo com a tradição

³¹ Cf. art. 5º, XXXVIII, alínea b), da Constituição Federal.

³² Para outras questões, *vide* NASIF, Aramis. *O novo Júri brasileiro*: conforme a Lei 11.689/08, atualizada com as leis 11.690/08 e 11.719/08. Porto alegre: livraria do advogado Editora, 2009.

³³ VELASCO, Pilar de Paul. *El tribunal del jurado desde la psicología social*. Madrid: Siglo XXI, 1995, p. 115.

³⁴ Art. 58, ítem I e 59, ítem 1 da Ley Orgánica 5/1995, de 22 de mayo, del Tribunal del Jurado.

³⁵ DERVIEUX, Valérie. O sistema francês. In: DELMAS-MARTY, Mireille. (Org.). *Processos Penais da Europa*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005. P.169.

legal francesa, uma obrigação de fazê-lo seria incompatível com o princípio da *íntima convicção* e com o princípio da *liberdade das provas*.³⁶

PORTUGAL: Há necessidade da fundamentação da decisão. Os votos serão proferidos oralmente, em ordem crescente por idade, votando primeiro os jurados (leigos), para depois votarem os juízes togados, votando por último o presidente. O júri poderá dar como provado qualquer fato, mesmo que não esteja compreendido nos quesitos, desde que seja para beneficiar o acusado. Importante registrar que a pena é fixada pelo tribunal coletivo. As decisões são tomadas por maioria simples. Cada juiz e cada jurado *devem enunciar as razões da sua opinião, indicando, sempre que possível, os meios de prova que serviram para formar a sua convicção*.³⁷

Na legislação portuguesa há uma visível contradição no art. 14, item 1, do DL 387-A/87 que prescreve que “os jurados decidem apenas segundo a lei e o direito e não estão sujeitos a ordens ou instruções”. Nesse sentido, cremos que para decidir segundo a lei e o direito importa necessariamente conhecê-los e a lei não exige que os jurados sejam conhecedores da lei e do direito que lhe cumpre aplicar.³⁸

4) EM BUSCA DE MUDANÇAS

A reafirmação do poder originário do povo na administração da justiça coloca o cidadão no primeiro plano da justiça (enquanto valor e instituição). A justiça, através de seus órgãos e seus poderes, é administrada em nome do cidadão, para o cidadão e, em último caso, também com o cidadão.³⁹

A forma mista do escabinado moderno pretende, ao mesmo tempo, cumprir a exigência política de que o povo participe da administração da justiça e garantir aos leigos uma cooperação não limitada ao juízo de fato, mas extensiva à dosimetria da pena e, contudo, verificar o juízo de direito pelos magistrados letrados, ao quais se supõe corresponder.⁴⁰

Em razão da abertura que a constituição deixou (dizendo que compete a lei ordinária a sua organização), é possível evoluir para uma estrutura de escabinado, isto é, um Tribunal

³⁶ SPENDER, J. R.. Prova. In: DELMAS-MARTY, Mireille. (Org.). *Processos Penais da Europa*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005. P. 653.

³⁷ Art. 365, 3, do Código de Processo Penal português.

³⁸ SILVA, Germano Marques da. *Curso de processo penal*. Lisboa: Verbo, 2000, v. 3, p. 238.

³⁹ LUCIO, Alvaro Mario Brilhante Laborinho. Por uma Europa de valores. In: DELMAS-MARTY, Mireille (org.). *Processo Penal e direitos do homem: rumo à consciência europeia*. Barueri: Manole. 2004. P. 236

⁴⁰ GOLDSCHMIDT, James Paul. *Princípios gerais do processo penal: conferências proferidas na Universidade de Madrid nos meses de dezembro de 1934 e janeiro, fevereiro e março de 1935*. Belo Horizonte: Líder, 2002. P. 82-83.

misto com juízes e pessoas leigas julgando lado a lado. Esta é a proposta de Aury Lopes Junior⁴¹, quem entende que a composição do tribunal com juízes leigos e togados conduziria a uma mútua e profícua influência: os jurados leigos constituir-se-iam em obstáculos à rotina judiciária, aportando regras de experiência que enriqueceriam o ato de julgar e, por seu turno, os juizes-técnicos influenciariam os jurados leigos na tomada de decisões complexas. Ademais, esse sistema também poderia proporcionar a observação, necessária observação, da fundamentação das decisões (que poderia ser elaborada conjuntamente entre jurados técnicos e jurados leigos). Por óbvio que tal reestruturação demandaria uma reformulação geral e legal do tribunal do júri, e, por conseguinte, traria também os seus problemas – os quais, entretanto, ainda assim seriam menos graves que os atuais.

De tudo o que foi dito resta, entretanto, o principal problema desta Instituição: trata-se da falta de fundamentação de suas decisões, calcadas na íntima convicção dos magistrados do povo. A Ausência de limites proporciona que os cidadãos julgadores decidam como quiserem (até mesmo com base em atos de investigação preliminares). A motivação das decisões, longe de ser mera formalidade, garante o controle da racionalidade da decisão judicial, que se vê obrigada a explicar o porquê da decisão tomada.⁴² O júízo penal, por ser um saber-poder,⁴³ isto é, uma combinação entre conhecimento (*veritas*) e decisão (*auctoritas*), limita-se em sua própria natureza: quanto maior é o saber, menor é o poder, e vice-versa. Logo, a motivação, por ser um saber que limita o poder, é mitigada no tribunal do júri e conduz a arbitrariedade, pois não pode haver decisão legítima sem motivação e robustez probatória.

Esta é a vantagem dos julgamentos motivados: eles fornecem uma explicação pública dos passos logicamente tomados no alcance da decisão. Este fornecimento público de motivos torna possível para os operadores do direito, para as partes e para o público em geral, adotar padrões de crítica relativos às decisões judiciais e, assim, exercer controle sobre as decisões judiciais para além dos mecanismos recursais.⁴⁴

A fundamentação das sentenças é certamente uma grande garantia de justiça, quando consegue reproduzir exatamente, como num esboço topográfico, o itinerário lógico que o juiz percorreu para chegar à sua conclusão. Nesse caso, se a conclusão estiver errada, poder-se-á

⁴¹ LOPES JUNIOR, Aury. *Introdução crítica ao processo penal: fundamentos da instrumentalidade garantista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. P.157.

⁴² No mesmo sentido, criticamente, LOPES JUNIOR, Aury. *Introdução crítica ao processo penal: fundamentos da instrumentalidade garantista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 151.

⁴³ FERRAJOLI, Luigi. *Derecho y razón: teoría del garantismo penal*. 3. ed. Madrid: Trotta, 1998. p. 33 e ss.; cfr. também p. 45-46.

⁴⁴ SALAS, Demis. O Papel do Juiz. In: DELMAS-MARTY, Mireille. (Org.). *Processos Penais da Europa*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005. P. 551.

descobrir facilmente, através da fundamentação, em que etapa do seu caminho o juiz perdeu o rumo.⁴⁵ Vale lembrar, neste ponto, Ferri:

Nos parece poco lógico que un ciudadano se vea privado de sus derechos y que la sociedade este expuesta, por una defensa jurídica defectuosa, a la repetición de los ataques criminales, sin que ni el uno ni la otra puedan preguntar al Juez las razones de sus fallos. Nosotros pensamos, también, con Carrara, que cuando el legislador se contenta con un sí o con un no secos, es mucho más danoso que útil sustituir el Jurado con el Juez de profesión.⁴⁶

Tais possibilidades poderiam contribuir para redução da zona de penumbra em que está inserida a atual decisão judicial sobre o processo, ou seja, a soma de óticas dos juízes togados com os jurados e a fundamentação do “acerto final” tenderia a amenizar diversos problemas que atormentam o sistema de administração de Justiça brasileira.

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma breve análise histórica e um estudo de legislações comparadas, percebemos, ao longo deste trabalho, os inúmeros problemas que se impõem à Instituição Tribunal do Júri enquanto instituição que pretende resolver conflitos de forma legítima em Estados Democráticos de Direito. Para superação dos problemas impostos, é necessário reformar este tipo de julgamento, para que atenda melhor ao fim buscado. Para tanto se propõe, em respeito ao regramento constitucional, a reestruturação do tribunal do Júri na forma de escabinado e na imposição de uma decisão fundamentada, como forma mais adequada de resolução das dificuldades impostas.

Compreendemos que a atual lógica de julgamento no Brasil deve ser repensada de acordo com os aspectos discutidos no quadro comparativo. A questão da seleção dos jurados merece ser aprimorada, conquistando contornos existentes como os empregados na Espanha, tendo em vista um maior conhecimento das pessoas que irão julgar os fatos em uma determinada sessão. Outro fator discutido que também necessita de mais discussão diz respeito à remuneração dos cidadãos selecionados para compor o Conselho de Sentença, tomando como base as experiências de Portugal.

⁴⁵ CALAMANDREI, Piero. *Eles, os juízes, vistos por um advogado*. São Paulo, Martins Fontes, 2000. P. 175.

⁴⁶ FERRI, ENRI. *Sociologia criminal*. Madrid, Centro Editorial de Góngora. 1900. P. 244.

REFERÊNCIAS

CALAMANDREI, Piero. *Eles, os juízes, vistos por um advogado*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

CARNELUTTI, Francesco. *Lições sobre o Processo Penal*. Campinas: Bookseller, 2004.

DERVIEUX, Valérie. O sistema francês. In: DELMAS-MARTY, Mireille. (Org.). *Processos Penais da Europa*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.

FERRAJOLI, Luigi. *Derecho y razón: teoría del garantismo penal*. 3. ed. Madrid: Trotta, 1998.

FERRI, ENRI. *Sociologia criminal*. Madrid, Centro Editorial de Góngora. 1900

GARRAUD, René. *Compêndio de Direito Criminal*. Volume II. Campinas: LZN Editora, 2003.

GOLDSCHIMIDT, James Paul. *Princípios gerais do processo penal: conferências proferidas na Universidade de Madrid nos meses de dezembro de 1934 e janeiro, fevereiro e março de 1935*. Belo Horizonte: Líder, 2002.

JÓLLUSKIN, G. *O tribunal do júri no ordenamento jurídico português: uma abordagem na perspectiva da psicologia*. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. 2009. P. 116-126.

LOPES JUNIOR, Aury. *Introdução crítica ao processo penal: fundamentos da instrumentalidade garantista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

LUCIO, Alvaro Mario Brilhante Laborinho. Por uma Europa de valores. In: DELMAS-MARTY, Mireille (org.). *Processo Penal e direitos do homem: rumo à consciência europeia*. Barueri: Manole. 2004.

MAGGIO, Virginie. *Le Jury de Cour d'assises*. Année universitaire 2005-2006. FACULTE DE DROIT ET DE SCIENCE POLITIQUE D'AIX MARSEILLE. P. 105- 106. In: < ddata.over-blog.com/xxxyyy/0/55/93/89/rapports/jury-Maggio08.pdf > Acesso em: 07/03/2012.

NASIF, Aramis. *O novo Júri brasileiro: conforme a Lei 11.689/08, atualizada com as leis 11.690/08 e 11.719/08*. Porto alegre: livraria do advogado Editora, 2009.

RAMÍREZ, Sergio Garcia. *Derecho Procesal Penal*. Hidalgo, San Jerónimo Lídice, México, 1974.

RANGEL, Paulo. *Tribunal do Júri: visão linguística, histórica, social e jurídica*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROSA, Inocêncio Borges da. *Comentários ao Código de Processo Penal*. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1982.

SALAS, Demis. O Papel do Juiz. In: DELMAS-MARTY, Mireille. (Org.). *Processos Penais da Europa*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.

SILVA, Germano Marques da. *Curso de processo penal*. Lisboa: Verbo, v. 3, 2000.

SPENDER, J. R.. Prova. In: DELMAS-MARTY, Mireille. (Org.). *Processos Penais da Europa*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.

TOMÉ GARCÍA, José Antonio. El Tribunal del jurado en la Ley Organica. In ARAGONES MARTINEZ, Sara *et al.* *Derecho Procesal Penal*. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces. 1995.

VELASCO, Pilar de Paul. *El tribunal del jurado desde la psicologia social*. Madrid: Siglo XXI, 1995.